

SERJUSMIG



Notícias

Informativo do Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais

CATEGORIAS UNIDAS MOSTRAM A FORÇA DO MOVIMENTO



**SEM CEDER A PRESSÕES OU AMEAÇAS
1ª INSTÂNCIA DECIDE, EM AGE:
A GREVE CONTINUA!**

ações judiciais contra o SERJUSMIG, sua presidente e servidores, ameaçam a liberdade de expressão, indignam e preocupam a sociedade

Os processos sofridos pelo SERJUSMIG, sua presidente e alguns Servidores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG têm despertado a solidariedade e empatia de vários cidadãos, entidades e instituições. A onda de apoio teve início quando o Sindicato sofreu Ação Judicial proposta pela Associação dos Magistrados de Minas Gerais (Amagis) e pelo atual ocupante do cargo de presidente do TJMG (em virtude dos materiais e informações divulgadas em suas campanhas salariais) e sua presidente foi processada pelo presidente do Tribunal pelo simples fato de exercer o dever estatutário de representar a entidade e, por consequência, dar efetividade às deliberações das AGEs da categoria e da direção sindical.

Isso, somado ao fato de alguns Servidores serem também processados pelo presidente (em função de realizarem ato voluntário de protesto, trocando suas fotos de perfis no facebook por imagem e informação sobre a remuneração recebida pelo chefe do Poder Judiciário mineiro, constante da matéria publicada pela Revista Época, Edição 888), motivou o envio de inúmeras moções de apoio aos processados e de manifestações de repúdio à atitude dos processantes.

O SERJUSMIG e os demais envolvidos expressam publicamente seus sinceros agradecimentos, não só pelo apoio aos processados, mas, principalmente, por somarem força nesta luta em defesa de uma garantia Constitucional tão preciosa e fundamental em um Estado democrático, que é a Liberdade de Expressão.

Esse apoio importantíssimo veio de:

- 38ª Subseção da OAB-MG (Almenara)
- SISIPSEMG
- NCST-MG



Durante ato público realizado em frente ao TJMG no dia 5/10, dia da Greve de Advertência deflagrada pelo SERJUSMIG, diversos companheiros, de várias partes do País e segmentos do funcionalismo, manifestaram seu apoio ao Sindicato, à sua presidente e aos Servidores da 1ª Instância do TJMG

- SINDIPOL
- 43ª Subseção da OAB-MG (Governador Valadares)
- Sindieletro-MG
- Servidores de dezenas de comarcas do estado
- FENAJUD
- Os sindicatos dos servidores do judiciário: SINPOJUD (BA)/SINTAJ (BA) / SISJERN (RN) / SINDJUS-SE / SINDJUS-MS / SINDJUS-RS / SINTJURR (RR) / SINDJUS-PR / SINJAP (AP) / SINJEP (PB) / SINDIJUDICIARIO (ES) / SINSPOJUCE (CE) / SIND-JUSTIÇA - RJ

O SERJUSMIG também recebeu moção de repúdio elaborada pelos principais especialistas em Saúde e Direito do Trabalho de países da IberoAmérica (Brasil, Espanha, México, Cuba, Venezuela, Costa Rica, Equador, Uruguai, Argentina e Chile), presentes ao III Congresso Ibero-americano sobre Assédio Laboral e Institucional. No documento, eles manifestam seu apoio à luta dos Servidores da Justiça e ao Sindicato, bem como seu repúdio aos atos de autoritarismo, atentado à liberdade de expressão e a judicialização e criminalização do movimento sindical.

Confira a moção no site do SERJUSMIG!

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Sandra Margareth Silvestrini de Souza; 1º Vice-Presidente: Luiz Fernando Souza; 2º Vice-Presidente: Rui Viana da Silva; 3º Vice-Presidente: Luzimar Silva Nunes Gontijo; Diretor Secretário: José Teotônio Pimentel Gouvêa; Sub-Diretor Secretário: Juliano Ribeiro da Cunha; Diretora Financeira: Tatiana Correia Borges; Sub-Diretor Financeiro: Alípio de Faria Braga; Diretora de R.Públicas, Promoções e Eventos: Simone Salgado Rodrigues Gomes; Sub-Diretor de R. Públicas, Promoções e Eventos: Willer Luciano Ferreira; Diretor de Recreação, Esportes, Lazer e Cultura: Théo Lellis Alves Nardelli; Sub-Diretora de Recreação, Esportes, Lazer e Cultura: Denise Silvestrini de Campos; Diretora Social: Ana Maria Gomes de Souza Bertelli; Sub-Diretor Social: Adalton Couto do Carmo.

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS: 1º) Antônio Ancelmo de Sousa; 2º) Ênio de Senna Gomes Júnior; 3º) Jorcelina Aparecida Ferreira; 4º) José de Queiroz Toledo; 5º) Luciano César; 6º) Tadeu José da Rocha. SUPLENTE: 1º) Antônio Costa dos Santos Júnior; 2º) Eduardo Luiz P. Furbeta; 3º) Jorge Antônio de Almeida; 4º) Wellington Quintiliano.

Editoras Responsáveis: Ana Drummond Guerra (MG05574JP) e Renata Carneiro (MG08322JP)

Projeto Gráfico: Sônia Silva

Diagramação: Ana Drummond Guerra e Renata Carneiro

Textos: Ana Drummond Guerra e Renata Carneiro

Fotos: Ana Drummond Guerra, Renata Carneiro, Franklin Almeida e colaboradores

Impressão: Gráfica Formato

Tiragem: 11.000 exemplares

A GREVE CONTINUA!

Deliberação. Servidores de diversas comarcas mineiras decidem: a greve parcial por prazo indeterminado continua!

A manhã do sábado 17/10 foi de decisão. Servidores de dezenas de comarcas mineiras, presentes à Assembleia Geral Extraordinária - AGE, por ampla maioria deliberaram pela manutenção da greve parcial (meia carga horária diária) por tempo indeterminado. Decidiram também pela realização de uma **greve geral (dia inteiro) no Dia do Servidor (28/10) e de um Ato Público, seguido de AGE nesta mesma data.**

Outra decisão importante diz respeito ao abono proposto pelo TJMG. Foi recusada, por unanimidade, a substituição da revisão-geral (data-base) pelo abono. Os Servidores presentes autorizaram a direção do SERJUSMIG a reiterar as propostas que o Sindicato já apresentou à Administração do TJMG, em torno de um índice que seja viável, no momento, dentro do limite da LRF, o qual seria complementado (e não substituído) por um abono. No que diz respeito ao percentual devido (8,17% retroativo a maio de 2015), este seria gradativamente recomposto, na medida da disponibilidade orçamentária.

Em síntese, seria negociado um índice de recomposição salarial, ainda que inferior aos 8,17%, que correspondem à inflação do período relativo à data-base da categoria a fim de afastar o argumento do TJMG de falta de limite orçamentário. O valor do novo vencimento começaria a ser pago em janeiro do ano que vem, sendo complementado por um abono. O percentual que deixou de ser pago seria complementado, gradativamente, de acordo com a disponibilidade orçamentária futura, até completar o índice devido (8,17% em maio de 2015).

**Não fique fora desta luta, que também é sua!
Se você ainda não está na greve, adira: comece hoje mesmo a cumprir apenas meia jornada!**

Dia 28 é GREVE GERAL!

Haverá, na data, **ATO PÚBLICO + AGE** (confira horário e locais da AGE no edital abaixo e do Ato, no site do SERJUSMIG). Acompanhe o site e as redes sociais do Sindicato e fique por dentro do movimento!



EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AGE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais - SERJUSMIG, representado por sua presidente, Sandra Margareth Silvestrini de Souza, nos termos dos artigos 2º, inciso, II, IX e X, artigo 3º, inciso I, artigos 4º, 5º, 6º, inciso VI, art. 13, g, e art. 15º, inciso III do Estatuto da Entidade, convoca todos os Servidores da Justiça de 1ª Instância, Sindicalizados ou não, para a Assembleia Geral Extraordinária - AGE, a ser realizada na quarta-feira, 28 de outubro de 2015, às 14h30, em 1ª convocação, com o número regimental; e às 15h, em 2ª convocação, com o número de participantes, na Associação Médica de Minas Gerais, localizada na Av. João Pinheiro, 161 - Centro, Belo Horizonte, para debaterem e deliberarem sobre o movimento grevista da categoria, decretado na AGE de 17/10/15, definindo por sua continuidade ou não; em caso de decisão pela continuidade, se será geral ou parcial, por tempo determinado ou indeterminado. No caso de decisão pela continuidade da greve, fica desde já convocada nova AGE para o dia 7/11/2015, às 9h30 em 1ª convocação, com o número regimental; e às 10h, em 2ª convocação, com o número de participantes, no Auditório da Faculdade de Direito da UFMG, na Avenida João Pinheiro, 100, Centro, Belo Horizonte, para debaterem e deliberarem sobre a continuidade ou não do movimento grevista. Em caso de decisão pela continuidade, se será geral ou parcial, por tempo determinado ou indeterminado. As assembleias poderão ser antecipadas por motivos urgentes ou a critério da diretoria do SERJUSMIG.

Belo Horizonte, 22 de outubro de 2015
(a) Sandra Margareth Silvestrini de Souza
Presidente/SERJUSMIG

Atos conjuntos agitam a primeira Colegas da 2ª Instância e do Ministério



Manifestações e atos públicos conjuntos foram realizados em vários pontos da Capital, como Fórum Lafayette, sede do Ministério Público e TJMG, e reuniram centenas de servidores do TJMG e do MP

A primeira semana da greve parcial deliberada pelos Servidores da 1ª Instância movimentou Belo Horizonte e muitas comarcas do Estado. Manifestações, atos públicos e passeatas foram realizados conjuntamente pelo SERJUSMIG, SINJUS (2ª Instância) e SINDSEMPMG (Servidores do Ministério Público). Somando forças, os Servidores do Judiciário mineiro e do Ministério Público imprimiram garrra ao movimento e ainda mais legitimidade às reivindicações.

Conheça a Pauta Prioritária, aprovada na AGE que deliberou pela Greve:

A pauta prioritária da greve, que não elimina a luta pelos demais itens da pauta completa, anteriormente aprovada em AGEs, inclui:

- Melhoria das condições de trabalho e, por consequência, da qualidade do serviço prestado à sociedade.
- Concessão da data-base 2015 e de auxílio-saúde aos Servidores ativos e aposentados.
- Investimento de pelo menos 0,5% do valor previsto para gastos com pessoal na Promoção Vertical.
- Implementação da Lei 20.865/2013 e, até que isso aconteça, redução da carga horária dos contadores e escrivães para 6 horas.
- Direito dos Servidores de optarem pela compensação do(s) dia(s) parado(s) em função da participação em greve.

Nova AGE decide pela continuidade da greve

No dia 17/10, os Servidores voltaram a se reunir em AGE, com o objetivo de avaliar o movimento e de deliberar sobre sua continuidade. A despeito das ameaças e pressões contra vários grevistas, os presentes à Assembleia não se deixaram abater. Conscientes de que estão exercendo um direito Constitucional e que, no caso, quem está cometendo crime são os que com suas práticas antissindicaís tentam impedir o exercício desse direito legítimo, os presentes deliberaram pela continuidade da greve parcial, por tempo indeterminado.

Dicas importantes sobre o ponto paralelo

Servidores lotados no Fórum Lafayette:

-> Devem assinar o ponto paralelo, diariamente, na tenda do SERJUSMIG, instalada na entrada pela Av. Augusto de Lima, das 10h às 14h.

Servidores do interior e da Capital, lotados em outras unidades que não o Fórum Lafayette:

-> Devem baixar o ponto paralelo no site do Sindicato e enviá-lo até o dia 27/10 para o fax (31) 3025-3519 ou para o email greve2015@serjuszmg.org.br.

ATENÇÃO: todos os dias, em se tratando de greve parcial, além do ponto paralelo, os Servidores devem assinar também o ponto oficial do TJMG e manter os 30% de Servidores lotados em cada setor no plantão.

Uma semana da greve da 1ª Instância. Atos Públicos fortalecem manifestações

AGENDA INTENSA DE ATOS E MANIFESTAÇÕES

Desde que a greve foi deflagrada, os grevistas cumprem uma maratona de manifestações e atos, para dar visibilidade ao movimento e mostrar à sociedade e às autoridades públicas que suas reivindicações, além de justas e legais, são viáveis e necessárias. E, para tal, não descansaram. Confira:

9/10 - Ato Conjunto com SINDSEMP-MG e SINJUS



No Ato comandado pelo SINDSEMP-MG, Servidores do MP e das duas instâncias do Judiciário mineiro se uniram numa caminhada vibrante em torno dos prédios do MP e da ALMG

15/10 - Reunião com o presidente da ALMG



Os sindicalistas se reuniram com o presidente da ALMG, Adalclever Lopes (PMBD), em busca de apoio nas negociações com as administrações do TJMG e do MP

13/10 - Ato conjunto no Fórum Lafayette



No Ato comandado pelo SERJUSMIG, foi a vez de os Servidores do TJMG e MP marcarem presença em frente ao Fórum Lafayette e cobrar o cumprimento dos seus direitos

15/10 - Ato em Coronel Fabriciano



Servidores das duas instâncias e do MP aproveitaram o lançamento do PJe em Coronel Fabriciano para protestar contra as injustiças cometidas nas duas instituições

14/10 - Ato público na ALMG



No Ato liderado pelo SINJUS-MG, os Servidores foram à ALMG para protestar contra projeto de automaticidade no reajuste do subsídio de magistrados, procuradores e promotores mineiros

16/10 - Ato em Ipatinga



Ipatinga também recebeu integrantes do movimento grevista das duas instâncias e do MP, que protestaram durante lançamento do PJe na comarca

MOTIVOS PARA ENTRAR NA GREVE

Muitos Servidores convivem diariamente com essa questão: entrar ou não entrar na greve? Seja por medo, ameaça ou desinformação, o movimento grevista gera dúvidas. O quadro abaixo pretende auxiliar àqueles que ainda temem aderir à greve parcial, respondendo a questões simples, mas que podem ser fundamentais neste processo decisório. **REFLITA!**

O QUE VOCÊ PODE PERDER AO ENTRAR NA GREVE E LUTAR POR SEUS DIREITOS?

A NÃO PROMOÇÃO NA CARREIRA?

-> Sua carreira já está congelada. Veja no site do Sindicato o resultado da PV 2014: enquanto o número de candidatos quase quadruplicou, o orçamento foi a metade do valor destinado à PV 2013.

A SUA DATA-BASE?

-> Lembre-se que ela já foi negada pela Administração.

SOFRER PREJUÍZO NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO?

-> As condições já estão indignas há tempos, com quadro de pessoal defasado e postos de trabalho, na grande maioria, insalubres.

O CORTE DO DIA DE TRABALHO?

-> Não se esqueça que, até o momento, a greve é parcial, portanto, o grevista não está faltando, mas, apenas trabalhando a metade de sua jornada diária. Se o TJMG optar por não permitir a compensação das horas não trabalhadas, além de tentar reverter judicialmente essa decisão, o Sindicato vai convocar AGE para discutir sobre a concessão de auxílio aos grevistas.

O QUE VOCÊ PODE GANHAR AO PARTICIPAR DA GREVE?

- Maior investimento na PV e, por consequência, em suas chances de subir na carreira.
- Recomposição da perda inflacionária que corroeu seu vencimento. O que assegura o respeito à conquista da categoria, em 2010, da Lei da Data-Base.
- Remuneração compatível com a carga horária (Lei 20.865/2013 - escrivães e contadores).
- Condições dignas de trabalho.
- Reconhecimento do seu devido valor no funcionamento da máquina judiciária.

Servidor, são os direitos da categoria que estão em jogo!
O exercício de greve é um direito constitucional. É um instrumento de luta legítimo que foi criado e é utilizado exatamente em momentos em que os direitos dos trabalhadores são desrespeitados.

Não tenha medo, você não está sozinho nesta luta!
Milhares de colegas estão envolvidos na greve e o Sindicato está em seu controle e organização, o que a torna segura e LEGÍTIMA!

“Quem não luta por seus direitos não é digno deles.”
Rui Barbosa

No site do SERJUSMIG você encontra os seguintes documentos para download:

- Formulário de Ponto Paralelo
- Cartilha com orientações sobre a greve
- Vídeo da presidente do Sindicato explicando detalhadamente os motivos e como funciona a greve, como: ponto, plantão, ações que tramitam, etc.
- Cartilha: “Condutas Antissindicais”

Resultado inicial da PV 2014 é mais uma razão para aderir à greve: menos de 10% se classificaram!

No dia 14/10, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG, publicou no Diário do Judiciário Eletrônico - DJe o resultado inicial da PV2014. Infelizmente, concretizando as previsões do SERJUSMIG, o resultado foi extremamente desanimador: apenas 308 Servidores conseguiram se classificar num universo de 3.648 inscritos. Ou seja, **menos de 10% dos candidatos serão promovidos!**

Em parte, isso é consequência do corte de 50% no orçamento destinado à PV 2014. Para a PV 2013, a gestão anterior do TJMG, reservou R\$ 12 milhões no orçamento. Já a atual, optou, num



momento em que quadruplicou o número de Servidores aptos a concorrerem, por alocar apenas R\$ 6 milhões no orçamento (e isto antes mesmo de se falar em crise financeira no Estado). Essa situação apenas comprova a atual política de gestão de pessoal do TJMG (ou falta dela, melhor dizendo), centrada na retirada de direitos e, portanto, no aprofundamento do sucateamento das condições de trabalho e da desvalorização dos trabalhadores da Casa.

Por isso, Servidor, transforme sua indignação em luta: faça parte da GREVE. Lembre-se, ela é por direitos e não privilégios!

SINDICATOS SE REÚNEM COM PRESIDENTE DA ALMG EM BUSCA DE APOIO

Esperança. Dirigentes sindicais buscam apoio na Assembleia Legislativa de Minas Gerais para tentar efetivar negociações junto às administrações das Casas

No dia 15/10, os sindicatos SERJUSMIG, SINJUS e SINDSEMP-MG se reuniram com o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALMG, deputado Adalclever Lopes (PMDB). Além dos sindicatos, participaram do encontro os deputados Jean Freire (PT), João Magalhães (PMDB), Leonídio Bouças (PMDB) e Rogério Correia (PT).

Os dirigentes sindicais expuseram aos deputados as tentativas frustradas de negociação com as Administrações das Casas e também suas insatisfações com o não cumprimento de direitos das categorias, assegurados em leis, como é o caso da revisão salarial anual (data-base 2015). Tanto o presidente do TJMG, quanto o Procurador Geral do MP, alegam que a data-base não pode ser concedida em função da crise econômica pela qual passa o estado.

Porém, contraditoriamente a este argumento, as duas Instituições encaminharam ao Legislativo mineiro

projeto concedendo reajustes automáticos aos membros das cúpulas. Apesar da alardeada crise, tanto magistrados (TJMG) quanto procuradores e promotores (MP) receberam seus reajustes em janeiro de 2014, em índices superiores aos previstos originariamente em seus orçamentos.

O presidente da ALMG se comprometeu a tentar intermediar a busca de uma solução amigável para os pleitos junto às duas instituições. Garantiu que, brevemente, dará retorno aos dirigentes sindicais a respeito desta tentativa.

Apoio dos Servidores fortalece a luta

Ao fim da reunião, os sindicalistas reforçaram aos Servidores presentes que, caso a intervenção do deputado não surta efeito favorável na disposição dos líderes do TJMG e do MP em dialogar e chegar a um consenso sobre a pauta de reivindicações das categorias, irão lançar mão de outros instrumentos, incluindo Audiências Públicas, para discutir a situação com toda a sociedade.

Eles lembraram aos grevistas que “jamais as duas categorias passaram por situação tão grave, em que, junto da absoluta negação de direitos, há também a total indisponibilidade dos gestores para o diálogo”. Reiteraram que as categorias não irão admitir perdas de direitos e desrespeito.



Força e união: os grevistas aguardaram na ALMG até o final da reunião, momento em que os dirigentes sindicais explicitaram o que ficou definido

Dias 26 e 27/10: próximo encontro do Núcleo de Aposentados (NAS)

O Núcleo de Aposentados do SERJUSMIG (NAS) não para de crescer e de se fortalecer. A cada novo encontro, mais colegas despertam interesse em participar e se somam aos demais, fazendo cada encontro mais forte e representativo.

Os encontros realizados pelo SERJUSMIG têm sido importantes para promover essa integração e tornar o Núcleo cada dia mais forte, em todos os aspectos. Seus integrantes têm se unido para o lazer, para a interação, para o aprendizado e, também, para o fortalecimento da luta da categoria.

O próximo encontro já está marcado: será nos dias 26 e 27 de outubro, no Canto da Siriema, um lugar lindo e muito tranquilo, perto de Belo Horizonte.

Faça já sua inscrição! Ligue para a Kênia: (31) 3025-3523 e reserve o seu lugar.

ATENÇÃO: Todas as despesas com locomoção, estadia e alimentação do aposentado filiado serão pagas pelo Sindicato. Os aposentados do SERJUSMIG podem levar acompanhantes, desde que arquem com as despesas de seus convidados.

O TJMG publicou, em sua página na internet, nota em que afirma que os Sindicatos SERJUSMIG e SINJUS estariam irredutíveis em suas posturas de não aceitar a proposta de abono salarial (que substituiria a recomposição salarial 2015). No caso do SINJUS, além desta, a de suspensão temporária dos processos administrativos para retirar benefícios dos Servidores que participaram da greve em 2011. A nota foi publicada em 14/10, e em resposta, o SERJUSMIG declara:

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) não revoga dispositivo Constitucional. O inciso X do art. 37 da Constituição Federal assegura a Revisão Geral Salarial Anual aos Servidores.

Crise seletiva

A crise financeira do Estado não é uma novidade surgida em abril deste ano, quando o TJMG deveria ter remetido à ALMG o projeto concedendo a data-base 2015 aos Servidores. Naquela época, o TJMG estava apenas no limite de alerta da LRF, que não impede a concessão da recomposição inflacionária. A crise foi anunciada ainda no final de 2014. A Lei Orçamentária Anual só foi votada em março de 2015. E, ao longo de todos os meses, até sua aprovação, todos os noticiários alardeavam a existência de um rombo nos cofres do Estado, agravado por uma crise financeira.

Tal situação, ameaçava o governo eleito, poderia ensejar cortes nas propostas orçamentárias de todos os Poderes. Mas isso não foi impedimento para que a Administração do TJMG **cumprisse liminar do CNJ** e concedesse, em janeiro de 2015, reajuste salarial sem aprovação de Lei para a magistratura, em índice superior ao previsto no orçamento.

A crise também não impediu que o TJMG iniciasse o pagamento do auxílio-moradia e auxílio-saúde aos magistrados e encaminhasse à ALMG o projeto 2252/2015, que, caso aprovado, garantirá reajustes automáticos a estes, sempre que o subsídio dos Ministros do Supremo for aumentado, independentemente das condições econômicas do Estado ou do orçamento do Poder.

Dois pesos e duas medidas

Por outro lado, a atual Administração do TJMG manifestou não reconhecer a Lei 18.909/2010 (data-base) como garantidora da revisão geral anual. E, com este pensamento, nega o direito consagrado na Constituição, sem sequer se dispor a discutir ou a apresentar um índice que entenda viável, nos limites do orçamento, a ser avaliado pelos Sindicatos.

Propostas não respondidas

Nas reuniões de 29/9 (SERJUSMIG e interlocutores do TJMG) e 5/10 (SERJUSMIG, SINJUS e interlocutores do TJMG), os Sindicatos apresentaram propostas. Mas sobre elas, até o momento não receberam resposta.

Os Sindicatos propuseram que o TJMG, nos termos do art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, conceda a revisão geral salarial no índice do IPCA (8,17%). Caso com isso extrapole o limite de gasto com pessoal permitido na LRF, então, nos oito meses subsequentes, promova medidas que façam com que os gastos retornem ao limite estabelecido. Portanto, o TJMG teria até agosto do próximo ano para adotar estas medidas que poderiam, inclusive, recair sobre o corte de cargos em comissão de recrutamento amplo.

Para o caso de a Administração não acatar essa sugestão, os Sindicatos se dispuseram a discutir uma alternativa: seria concedido um índice que mantivesse os gastos com pessoal abaixo do limite prudencial da Lei (segundo levantamentos, 4%) a ser somado aos 5% que já estão previstos no orçamento de 2016. A data-base de 2016 então é que passaria a ser discutida no próximo ano. E, além disso, como ela (data-base 2015) só seria paga em janeiro de 2016, o retroativo não impactaria no cômputo do limite da LRF, pois seria pago como Restos de Exercício Anterior.

Também foi proposto que o TJMG discutisse um índice viável dentro do limite da Lei neste momento, a ser acrescido, no valor, de um abono a ser pago em janeiro e, o percentual que deixou de ser pago seria complementado, gradativamente, de acordo com a disponibilidade orçamentária futura, até completar o índice devido (8,17% em maio de 2015). Isso asseguraria, efetivamente, o respeito ao direito garantido na Constituição Federal e na Lei Estadual (18909/2010).

O SERJUSMIG QUER SABER:

Os interlocutores levaram estas propostas à presidência da Casa? Caso afirmativo, qual foi a resposta desta? Até hoje, os Sindicatos não obtiveram estas respostas. Se foram negadas, não houve informação sobre isso, nem demonstração da inviabilidade. Qual o motivo do silêncio?

Transparência é fundamental

Os Sindicatos solicitaram que lhes fossem repassadas as notas taquigráficas que registraram as reuniões. O pedido, assegurou o presidente da Comissão de interlocução, des. Moacir Lobato, seria atendido. Porém, até o fechamento desta edição, nada foi recebido.